Uma proposta de legislação para a conservação das aves limícolas na Coroa do Avião, Pernambuco, Brasil

Severino Mendes de Azevedo Júnior e Maria Eduarda de Larrazabal

Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Zoologia, Av. Prof. Morais Rego, 1235, Cidade Universitária, 50670-420, Recife, PE, Brasil

Recebido em 13 de janeiro de 1997; aceito em 24 de fevereiro de 1997

ABSTRACT. A legislation proposal to the conservation of shorebirds at Coroa do Avião, Pernambuco, Brazil. During their migration to the South Hemispher the shorebirds Pluvialis squatarola, Charadrius semipalmatus, Arenaria interpres, Calidris pusilla and C. alba use the Coroa do Avião area (Pernambuco - Brazil) to complete part of their life cycle. Therefore, a legislation to regulate the use of ultra-light in the region was proposed to contribute with shorebirds conservation. This was established after a long-term discussion with the institutions related to the problem. The proposal was accepted by the authorities and a project was made. The community support is a basic point to the ecosystem conservation and consequently to the shorebirds.

KEY WORDS: conservation, shorebirds, ultra-light.

PALAVRAS-CHAVE: aves limícolas, aves ultra-leves, conservação.


A Coroa do Avião, localizada no litoral norte de Pernambuco (7º40’S, 34º0’W) integra um conjunto paisagístico de importância ecológica e turística, onde centenas de aves limícola-migratórias utilizam a ilha e seu entorno para complementação do ciclo biológico durante suas migrações. Na área, espécies como Pluvialis squatarola, Charadrius semipalmatus, Arenaria interpres, Calidris pusilla e Calidris alba capturam seu alimento, trocando a plumagem, ganham peso e migram para suas áreas reprodutivas no hemisfério norte (Azevedo Júnior 1993).

Componentes da fauna brasileira, as aves migratórias chegam ao hemisfério norte no final de agosto, permanecem até abril, retornando em seguida, para a reprodução em junho e julho. Os indivíduos jovens permanecem na área, aguardando a próxima temporada das migrações (Azevedo Júnior e Larrazabal 1994).

De acordo com Azevedo Júnior (1993) as capturas e recapturas de indivíduos marcados na Coroa do Avião, as recuperações de anilhas estrangeiras naquela área, bem como as recuperações na costa leste americana e canadense evidenciam as migrações e a utilização do local pelas aves. Segundo o autor, naquele local as aves limícolas alimentam-se, realizam ciclo de mudas de remiges primárias, retrizes, penas de contorno, iniciam a plumagem reprodutiva e ganham peso para os deslocamentos necessários. No entanto, os impactos provocados pela especulação imobiliária e o turismo convencional são ameaças constantes para a sobrevivência de ecossistemas fundamentais, a exemplo de praias, ilhas costeiras, estuários, manguezais e águas interiores para a ornitofauna limícola.

Em 1986, a Coroa do Avião foi identificada como importante para as aves migratórias-neárticas como área de pouso e alimentação. Em 1987 foi iniciado os trabalhos de campo de captura, anilhamento e censo pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Centro de Pesquisa e Conservação das Aves Silvestres (CEMAVE). A partir de 1988 a localidade passou a ser visitada por turistas e com eles, chegaram os bares, embarcações motorizadas e aviões do tipo ultra leves.Compatibilizar o turismo desordenado com a conservação de aves limícolas estava a cada verão mais difícil. O aumento dos avioes ultra leves pousando e sobrevoando a ilha e entorno, estava perturbando a área de pouso e de forragem dos macaricos. Discutir todos os problemas ambientais resultantes do crescimento do turismo poderia ser uma medida não eficiente. Foi decidido então, concentrar esforços em um dos problemas impactantes, os avioes ultra leves.

Entidades e organizações, municipais e estaduais relacionadas com a conservação ambiental, educação e turis-

Pelo exposto, foi encaminhado para a Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco uma proposta de legislação visando disciplinar o pouso e sobrevoo dessas aeronaves. Dessa forma, pretende-se garantir a conservação das aves cujas populações são participantes notáveis na paisagem do litoral norte de Pernambuco. A proposta foi subscrita por um parlamentar da Assembleia Legislativa, membro da Comissão Estadual do Meio Ambiente. O texto foi protocolado e encaminhado para apreciação do plenário, como Projeto de Lei em tramitação.

PROPOSTA:

Proíbe o pouso, decolagem e sobrevoo de aeronaves na ilha da Coroa do Avião, da outras providências.

Art 1º Fica proibido o pouso, decolagem e sobrevoo de aeronaves, num raio de 2000 (dois mil) metros de distância da Base de Pesquisa de Aves Migratórias, localizada na ilha da Coroa do Avião.

Parágrafo Único: A ilha referida no caput deste artigo está delimitada conforme lançamento cartográfico, constante do anexo desta lei.

Art 2º Caberá à Polícia Militar do Estado de Pernambuco - PMPE, através da Companhia do Meio Ambiente - CIPOMA, no âmbito estadual, a atividade de fiscalização preventiva e repressiva em defesa e controle dessa área.

Parágrafo único: Para o cumprimento das atribuições estabelecidas neste artigo, fica a CIPOMA autorizada a firmar convênios com pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado.

Art 3º Os infratores desta lei e das demais normas dela decorrentes, ficam sujeitos as seguintes penalidades:

1 - advertência por escrito, quando primários;
2 - multa no valor de R$ 400,00 a R$ 800,00 (quatrocentos a oitocentos reais) dobrando-se no caso de reincidência;
3 - suspensão pelo prazo de 90 (noventa) dias do registro da aeronáutica, junto ao Serviço Regional de Aviação Civil - SERAC;
4 - suspensão pelo prazo de 90 (noventa) dias, do BREVET do piloto junto ao órgão competente;
Art 4º Verificada a infração, os funcionários responsáveis pela fiscalização lavrarão o respectivo auto, em duas vias, o qual será assinado pelo autuante e, sempre que possível, por duas testemunhas.

Art 5º As penalidades previstas no artigo 3º serão impostas pela Companhia Pernambucana de Controle da Poluição Ambiental e dos Recursos Hídricos - CPRH, mediante procedimento administrativo.

Parágrafo único: A CIPOMA deverá encaminhar o auto de infração à CPRH, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, devendo o referido órgão, no prazo 10 (dez) dias, decidir sobre a penalidade aplicável dentre as relacionadas no artigo 3º.

Art 6º - Das penalidades impostas pela CPRH, caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de autuação, sob pena de revelia, cabendo ao conselho de administração da CPRH, prazo idêntico para decidir.

Parágrafo único: quando se tratar de aplicação de multa, o recurso previsto neste artigo somente será processado mediante prévio depósito do valor correspondente, no Fundo Estadual do Meio Ambiente.

Art 7º O produto das multas previstas no inciso 2 do artigo 3º será recolhido ao Fundo Estadual do Meio Ambiente.

Parágrafo único: enquanto o Fundo não for regularizado, o produto das multas ficará depositado no Banco do Estado de Pernambuco - BANDEPE, em conta corrigida monetariamente.

Art 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Azevedo Júnior e Larrazabal (1994) acreditam que a compatibilização do uso da Coroa do Avião pelo turismo e pelas espécies de aves que ali pousam e se alimentam, passa pelo respeito dos usuários humanos a algumas regras básicas conservacionistas. No texto os autores propõem medidas que disciplinam o uso da Coroa do Avião, considerando o comportamento migratório das aves, o regime de marés e as áreas de forragem e pouso. Entretanto, sem o envolvimento da sociedade, uma proposta de conservação poderá não se tornar realidade. A aprovação pelo Legislativo do presente Projeto de Lei constituirá uma etapa necessária para assegurar a vontade política da Sociedade, aqui representada pelas entidades que participaram da discussão.

AGRADECIMENTOS

À Associação Pernambucana de Proteção à Natureza pela participação ativa na busca da conservação das aves e do ecossistema da Coroa do Avião, ao Ministério Público, através da Coordenadoria do Meio Ambiente, pela assessoria jurídica na elaboração da proposta e a todas as entidades envolvidas no processo.
REFERÊNCIAS


